



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

COORDENADORIA DE CONCURSOS

Campus Universitário – Praça Cívica - Natal/RN - 59078-970

Fone (84) 3342 2296 Fax (84) 3215 3270

www.progesp.ufrn.br | concursos@reitoria.ufrn.br



# PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO/TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 020/2019

ÁREA: DIREITO PÚBLICO

## PROVA ESCRITA

### INSTRUÇÕES

1	Este Caderno contém <b>10 (dez) questões de múltipla escolha</b> . Verifique se ele está completo. Se estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
2	A Prova Objetiva (questões de múltipla escolha) vale 10,0 pontos e cada uma de suas questões tem o mesmo valor.
3	Cada questão de múltipla escolha apresenta 4 opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
4	Somente é permitido o uso de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sob pena de eliminação do concurso.
5	Utilize o verso das páginas deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
6	Você dispõe de, no máximo, <b>quatro horas</b> para responder às questões de múltipla escolha e preencher o gabarito definitivo na página final.
7	Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal este caderno de prova.

**NOME DO CANDIDATO:** \_\_\_\_\_

**QUESTÃO 1) SOBRE O CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PARTICULAR NO TOCANTE AO DEVER DE FORNECIMENTO DE REMÉDIOS NÃO REGISTRADO NA ANVISA, CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DO STF, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA**

- a) O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais;
- b) A ausência de registro na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamentos por decisão judicial;
- c) É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei nº 13.411/2016), quando preenchidos dois requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órgãos para doenças raras e ultrarraras); e (ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior;
- d) As ações que demandam fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA deverão necessariamente ser propostas em face da União.

**QUESTÃO 2) ASSINALE A OPÇÃO CORRETA ACERCA DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO PREVISTAS NO ART. 22 DA LEI 8.666/93.**

- a) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e pregão;
- b) Tomada de preços, convite, concurso, pregão e leilão;
- c) Convite, concurso, pregão, leilão e concorrência;
- d) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

**QUESTÃO 3) SÃO HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, EXCETO:**

- a) Contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização;
- b) Casos de calamidade pública;
- c) Contratação de remanescente de obra, desde que observadas a ordem de classificação e as condições do licitante vencedor;
- d) Locação de imóvel para atender às finalidades da Administração.

**QUESTÃO 4)** QUANTO À MODALIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA REALIZADA ENTRE INTERESSADOS PARA A ESCOLHA DE TRABALHO ARTÍSTICO, MEDIANTE A INSTITUIÇÃO DE PRÊMIO PARA SEU VENCEDOR, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Convite;
- b) Tomada de preços;
- c) Concorrência;
- d) Concurso.

**QUESTÃO 5)** CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, É MODALIDADE DE DESAPROPRIAÇÃO EM QUE A INDENIZAÇÃO NÃO NECESSITA SER PAGA EM DINHEIRO E A COMPETÊNCIA PARA DECLARÁ-LA É APENAS DO MUNICÍPIO, A DESAPROPRIAÇÃO:

- a) Utilidade pública;
- b) Por interesse social;
- c) Por necessidade pública;
- d) Urbanística sancionatória.

**QUESTÃO 6)** EM CASO DE IMINENTE PERIGO, A AUTORIDADE PÚBLICA PODE USAR DE PROPRIEDADE PARTICULAR, ASSEGURADA AO PROPRIETÁRIO INDENIZAÇÃO ULTERIOR, SE HOVER DANO. ESSE ENUNCIADO LINGUÍSTICO CORRESPONDE A:

- a) Servidão administrativa;
- b) Requisição administrativa;
- c) Desapropriação indireta;
- d) Ocupação temporária.

**QUESTÃO 7)** ACERCA DOS MEIOS INTERVENTIVOS DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA, QUAL DELES PODE ACARRETAR, À SEMELHANÇA DA DESAPROPRIAÇÃO, A RETIRADA DO DOMÍNIO SOBRE O BEM DO PARTICULAR? ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.

- a) A limitação administrativa;
- b) A requisição;
- c) A servidão administrativa;
- d) O tombamento.

**QUESTÃO 8) ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA, EM MATÉRIA DE CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA:**

- a) A corrupção passiva é crime bilateral, exigindo para sua consumação a atuação do agente de corrupção ativa;
- b) Não é necessário que o funcionário público pratique efetivamente o ato de ofício, bastando a possibilidade de que a vantagem indevida venha a influir na prática do ato de ofício pelo funcionário público;
- c) A pena é aumentada da metade, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional;
- d) Quanto a sua classificação, trata-se de crime que admite as duas modalidades: dolosa e culposa.

**QUESTÃO 9) ACERCA DA CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO) ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

- a) O crime de corrupção ativa consuma-se com o simples oferecimento da vantagem indevida a funcionário público;
- b) A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional;
- c) O crime de corrupção ativa ocorre quando o próprio funcionário solicita ou recebe vantagem indevida;
- d) A pena aplicada é de reclusão, de 2(dois) a 12(doze) anos, e multa.

**QUESTÃO 10) NO TEMA DO PECULATO-DESVIO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, ASSINALE A INCORRETA:**

- a) Em relação ao sujeito ativo, trata-se de crime próprio;
- b) O funcionário público tem a disponibilidade jurídica do bem e o desvia em proveito próprio e alheio, por exemplo, mediante documentos falsos;
- c) De acordo com entendimento pacífico do STJ, é possível falar em peculato-desvio quando o agente destina verba pública a outra finalidade também prevista em lei;
- d) A situação de posse é pressuposto material da figura delitiva prevista no caput do art. 312 do CP.

**GABARITO DEFINITIVO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

**NOME DO CANDIDATO:** \_\_\_\_\_